

Demonstrações financeiras

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

31 de dezembro de 2025
com relatório do auditor independente



José de Assis Ede Brito

José Wagner R. da Cruz

Diego Oliveira da Costa

União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



José de Assis Ede Brito

José Wagner R da Cruz

Diego Oliveira da Costa



Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Associados da
União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Shape the future
with confidence

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



Shape the future
with confidence

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.351	73.390
Aplicações financeiras	5	81.593	18.253
Mensalidades a receber	6	38.220	23.154
Adiantamentos diversos	7	12.172	10.432
Partes relacionadas	19	3.116	2.788
Outros créditos	8	1.388	2.541
Total do ativo circulante		155.840	130.557
Não circulante			
Aplicações financeiras		1.610	8.176
Outros créditos	8	-	346
Propriedades para investimento	9	10.630	11.037
Imobilizado	10	171.071	144.593
Intangível	11	4.453	5.189
Total do ativo não circulante		187.764	169.341
Total do ativo		343.604	299.897

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	11.903	6.141
Salários e encargos sociais	13	14.986	13.446
Provisão sobre férias e encargos	14	15.021	15.072
Arrendamento mercantil a pagar	15	1.200	1.136
Tributos a recolher	16	4.303	3.981
Adiantamentos de mensalidades	17	29.506	27.469
Receitas diferidas	19	2.394	2.485
Subvenções a realizar	20	-	11
Outras contas a pagar	21	453	521
Total do passivo circulante		79.766	70.262
Não circulante			
Salários e encargos sociais	13	21	24
Arrendamento mercantil a pagar	15	11.720	12.162
Tributos a recolher	16	339	4.160
Receitas diferidas	19	2.788	5.178
Provisão para demandas judiciais	22	13.129	7.658
Total do passivo não circulante		27.997	29.182
Total do passivo		107.763	99.444
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	23	105.377	53.109
Ajuste de avaliação patrimonial		95.076	95.076
Superávit do período		35.388	52.268
Total do patrimônio líquido		235.841	200.453
Total do passivo e patrimônio líquido		343.604	299.897

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional, líquida	24	341.456	314.165
Custos dos serviços prestados	25	(212.651)	(196.219)
Superávit bruto		128.805	117.946
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	26	(105.712)	(82.000)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(1.335)	8.332
Despesa de subvenções (com restrição)		(564)	(485)
Receitas de subvenções (com restrição)		564	712
Superávit antes do resultado financeiro		21.758	44.504
Receitas financeiras	28	17.749	11.687
Despesas financeiras	28	(4.119)	(3.923)
Resultado financeiro, líquido		13.630	7.764
Isenções usufruídas			
Receitas isenções usufruídas	29	34.961	36.990
Despesas isenções usufruídas	29	(34.961)	(36.990)
Superávit do exercício		35.388	52.268

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do período	35.388	52.268
Outros resultados abrangentes	-	-
Superávit abrangente do período	<u>35.388</u>	<u>52.268</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Demonstração das mutações no patrimônio líquido 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit do período	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24.521	95.076	28.588	148.185
Incorporação ao patrimônio social	28.588	-	(28.588)	-
Superávit do período	-	-	52.268	52.268
Saldo em 31 de dezembro de 2024	53.109	95.076	52.268	200.453
Incorporação ao patrimônio social	52.268	-	(52.268)	-
Superávit do período	-	-	35.388	35.388
Saldo em 31 de dezembro de 2025	105.377	95.076	35.388	235.841

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	35.388	52.268
Ajustes de		
Provisões para demandas judiciais	5.963	591
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.168)	2.842
Depreciação e amortização	10.250	9.977
Baixa de contas a receber por perda	7.739	530
Rendimento de aplicação financeira	(814)	-
Juros sobre passivo de arrendamentos e parcelamentos	1.940	1.391
Resultado na alienação de ativos	-	143
Receita com patrocínios	(785)	(2.390)
Resultado ajustado	51.513	65.352
Variações patrimoniais		
Contas a receber	(14.637)	(5.930)
Adiantamento diversos	(1.740)	(2.221)
Outros créditos	1.499	2.955
Fornecedores a pagar	5.762	(2.638)
Salários e encargos sociais	1.537	648
Provisão de férias e encargos	(51)	812
Tributos a recolher	(4.003)	(2.982)
Adiantamentos de clientes	2.037	2.901
Outras contas a pagar	(562)	(50)
Subvenções (líquido)	(11)	(233)
Receitas a apropriar	(1.696)	13
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	39.648	58.627
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(55.960)	(19.905)
Aquisição de imobilizado e intangível	(35.119)	(25.792)
Baixa de imobilizado e intangível	-	220
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(91.079)	(45.477)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização/pagamento de arrendamentos por direito de uso	(2.280)	(2.404)
Mútuo com partes relacionadas	(328)	(927)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(2.608)	(3.331)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(54.039)	9.819
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	73.390	63.641
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.351	73.460

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE (“Entidade” ou “UBEE”), fundada em 15 de maio de 1907 na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 17.200.684/0001-78, é uma associação de natureza confessional, beneficente, sem fins lucrativos e de caráter educacional e cultural, constituída sob os ensinamentos pedagógicos e religiosos do carisma Marista, legados pelo Padre Marcelino José Bento Champagnat. Atualmente, tem sua sede localizada na Região Administrativa de Águas Claras, na QS 01, lote 40, Torre A, 10º andar, Edifício Taguatinga Shopping, Brasília – Distrito Federal.

A UBEE tem por finalidades criar, congregar, dirigir e manter instituições que visam à beneficência, à promoção humana, à educação, à cultura, esporte e ensino.

Como Entidade de Educação sem Fins Lucrativos, aplica seus recursos em Gratuidade nas Atividades Educacionais (Bolsas de Estudos) direcionadas a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e Tocantins e no Distrito Federal.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração financeira, tais como captações de alunos e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados/revisados pelo auditor independente.

1.1 Imunidade tributária de impostos e contribuições sociais

A UBEE é uma entidade beneficente de educação, sem fins lucrativos, imune à incidência de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, inciso VI, alínea “C”; e às contribuições sociais, por força do artigo 195, § 7º, todos da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

A UBEE possui CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social e cumpre os requisitos previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, fazendo jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal. Demais informações sobre imunidade tributária de impostos e contribuições estão descritas na Nota Explicativa nº 29.

2. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Entidade estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), com base na Resolução CFC 1.409/12, que aprovou a ITG 2002(R1) para as Entidades sem finalidade lucrativa, observando-se os princípios da competência e da oportunidade. As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estando consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da UBEE no processo de aplicação de suas políticas contábeis.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. A aprovação destas demonstrações financeiras foi realizada pela Assembleia Geral em 28 de abril de 2026.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que correspondem à moeda funcional e à moeda de apresentação da Entidade.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Entidade são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Entidade determina a classificação de seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os rendimentos com aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitos à incidência de tributos, devido ao fato de a Entidade gozar de imunidade tributária federal.

2.5 Mensalidades a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A Entidade mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Subvenções

As subvenções são reconhecidas no Ativo, ao mesmo passo que são registradas no passivo, a fim de evidenciar obrigação para com o conveniente. O reconhecimento da receita com subvenção governamental ocorre ao longo da duração do contrato, em base sistemática, confrontada com as despesas que pretende compensar. Os referidos registros em contas de resultados são computados em contas específicas no plano de contas da Entidade, e em conformidade com o disposto no CPC 07 (R1).

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7 Investimento

As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. A Entidade adota como prática manter suas propriedades para investimento ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota 9.

2.8 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, construção ou ao custo atribuído (valor justo) e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 10.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado no período em que incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado através do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9 Ativos intangíveis

a) Softwares

Refere-se aos gastos com a aquisição de softwares operacionais e com a implantação do Sistema de Gestão Empresarial – ERP GoldWay e do sistema acadêmico Lyceum.

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada de acordo com o prazo remanescente de geração de benefícios econômicos futuros, bem como das perdas por redução ao valor recuperável *impairment*, quando aplicável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa quando incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de reconhecimento de ativos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Carteira de clientes

A combinação de negócios entre a Entidade e o Colégio Marista Padre Eustáquio resultou na identificação de uma carteira de alunos, registrada contabilmente como ativo intangível.

Esse ativo intangível foi reconhecido inicialmente a valor justo na data da aquisição, com vida útil definida, e foi contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

2.10 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil definida são revisados para verificação de possíveis reduções aos valores recuperáveis sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seu custo de alienação e o seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Possíveis reversões de provisões constituídas são reconhecidas no resultado pela nova mensuração, desde que não excedam o valor de custo do ativo.

2.11 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.12 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2.13 Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é constituído de bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação e resultados líquidos de suas atividades.

2.14 Receita de serviços

A Entidade reconhece a receita quando: o valor da receita pode ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atendidos para as atividades da Entidade, conforme descrição a seguir. A UBEE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado.

A Entidade presta serviços voltados para atividades educacionais. Esses serviços são prestados com base em contrato de preço fixo. A receita de contratos de prestação de serviços de educação é reconhecida no período em que os serviços são efetivamente prestados. Quando o recebimento ocorre antes do faturamento, é registrado como adiantamento, para posterior realização da receita, pela competência da prestação do serviço.

Sobre o valor das receitas, são deduzidos os montantes ofertados como bolsas e descontos, conforme definido por políticas internas, e por cumprimento da Lei Complementar nº 187/21.

Nas escolas sociais, onde não há cobrança de mensalidade para nenhum aluno matriculado, as receitas com bolsas de estudos são determinadas com base nos valores definidos em contratos e projeções orçamentárias para cobertura dos custos operacionais.

2.15 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e empréstimos e financiamentos, e são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. A Entidade não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

i) Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: (i) mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); ou (ii) mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Entidade decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Entidade considera essa classificação como sendo mais relevante.
- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Entidade é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Entidade mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

2.16 Arrendamentos

A Entidade avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Entidade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Entidade reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativo de direito de uso

A Entidade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente.

A Entidade possui 02 contratos de aluguel (arrendamento) de imóveis com vigência de 03 a 10 anos, sendo que a depreciação é calculada com base nesses períodos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Entidade ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Entidade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Entidade e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Entidade exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Entidade usa as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Entidade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a UBEE faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para contingências são reconhecidas quando a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, considera provável a perda e quando o valor pode ser estimado de forma confiável.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do advogado interno. A Administração julga que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Gratuidade com bolsas de estudos

A Entidade faz o registro das receitas referentes às mensalidades concedidas como se recebidas fossem considerando todas as modalidades ofertadas. As receitas são reconhecidas pelo valor efetivamente praticado.

(c) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando dados históricos e a posição de inadimplência (Nota 6).

O aumento na base de clientes inadimplentes eleva o risco de crédito. Diante disso, a norma contábil determina que seja feita uma provisão para possíveis perdas, com objetivo de ajustar a real expectativa de recebimento em caixa. A ideia é manter os ativos da Entidade adequadamente ajustados para refletir eventuais perdas financeiras causadas por créditos não recebidos.

Em 2025, a Entidade alterou sua metodologia, substituindo o critério anterior baseado na carteira de clientes, histórico de inadimplência, vencimentos dos títulos e expectativa de recebimento em caixa, configurando mudança de estimativa contábil, aplicada prospectivamente.

A Entidade passou a mensurar as perdas esperadas de crédito sobre sua carteira de contas a receber com base nos requisitos do CPC 48. A partir de 2025, a provisão passou a ser determinada por meio de duas abordagens complementares:

Taxa de perda histórica: apurada com base em até cinco exercícios anteriores e aplicada sobre a receita reconhecida ou sobre a carteira de recebíveis no encerramento do período;

Análise por ciclo de recebimento: reconhece integralmente os títulos vencidos acima de duas vezes o ciclo de recebimento específico de cada operação (Ensino Regular e Atividades Extracurriculares).

A PECLD abrange títulos vencidos e a vencer, incorporando dados históricos, condições atuais e informações prospectivas. A revisão de premissas é realizada anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	545	2.828
Aplicações financeiras	18.806	70.562
	<u>19.351</u>	<u>73.390</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas para satisfazer compromissos de curto prazo, cuja rentabilidade está atrelada ao Certificado de Depósito Bancário (CDB).

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicação em títulos de capitalização	40	38
Aplicação em ações	4	6
Aplicações financeiras (a)	<u>83.159</u>	26.385
	<u>83.203</u>	<u>26.429</u>
Circulante	<u>81.593</u>	18.253
Não circulante	<u>1.610</u>	8.176

(a) A carteira de investimentos do Fundo de Reservas e diversificada em ativos de renda fixa, como títulos públicos, debêntures, CDBs e Letras Financeiras, com diferentes prazos e indexadores. A gestão é realizada por meio de um fundo exclusivo administrada com o apoio da UBS Consenso a partir das diretrizes estratégicas e apetite de risco estabelecidos pela Província. A liquidez é garantida pela possibilidade de venda no mercado secundário. Em síntese, é uma gestão estratégica que visa liquidez, diversificação e retorno consistente, protegendo contra cenários de mercado adversos.

6. Mensalidades a receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Mensalidade (a)	<u>22.092</u>	21.538
Acordos (b)	<u>1.584</u>	1.934
Outros (c)	<u>18.487</u>	16.206
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(8.601)</u>	(17.236)
	<u>33.562</u>	22.442
Clientes diversos (d)	<u>6.475</u>	2.061
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.817)</u>	(1.349)
	<u>4.658</u>	712
	<u>38.220</u>	<u>23.154</u>

- a) Refere-se a mensalidades escolares registradas pelo valor faturado, de acordo com contrato de prestação de serviço;
- b) Renegociação de mensalidades em atraso com vencimento repactuada pela central de cobrança;
- c) Saldo a receber por aluguel de imóveis, locação de espaços, cantinas e demais operações;
- d) Saldo a receber de operadoras de crédito.

A composição por idade dos saldos de contas a receber (mensalidades e acordos) segue abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>%</u>
A vencer	172	1%	109	0%
Vencido até 30 dias	2.556	11%	2.197	10%
Vencido de 31 a 60 dias	1.405	6%	1.150	5%
Vencido de 61 a 90 dias	1.248	5%	980	4%
Vencido de 91 a 120 dias	1.125	5%	992	4%
Vencido de 121 a 360 dias	5.754	24%	4.696	20%
Vencido acima de 360 dias	11.416	48%	13.510	57%
	<u>23.676</u>	<u>100%</u>	<u>23.634</u>	<u>100%</u>

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As movimentações nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes da Entidade são as seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	(18.585)	(15.743)
Constituição (Reversão) de provisão	8.167	(2.842)
Saldo final	<u>(10.418)</u>	<u>(18.585)</u>

7. Adiantamentos diversos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamento de férias	9.214	8.007
Adiantamento de viagem	126	102
Adiantamento de fornecedor	495	608
Adiantamento de salário	2.337	1.715
	<u>12.172</u>	<u>10.432</u>

8. Outros créditos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Títulos a receber – Imóveis	-	91
Material didático - SME (a)	981	1.054
Tributos a recuperar	50	310
Devolução de fornecedores	257	156
Licença de softwares	-	1.272
Outros	100	2
	<u>1.388</u>	<u>2.885</u>
Circulante	1.388	2.541
Não circulante	-	346

(a) Refere-se a antecipação de aquisição de material didático do próximo ano letivo

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Propriedades para investimentos

	Saldos em 31/12/2023	Movimentações 2024		Saldos em 31/12/2024	Movimentações 2025		Saldos em 31/12/2025
		Adições	Baixas		Adições	Baixas	
Custo histórico	16.151	-	-	16.151	-	-	16.151
Depreciação acumulada	(4.700)	(414)	-	(5.114)	(407)	-	(5.521)
	<u>11.451</u>	<u>(414)</u>	<u>-</u>	<u>11.037</u>	<u>(407)</u>	<u>-</u>	<u>10.630</u>

Mensuração de propriedades para investimento

Reconhecidas e mensuradas pelo método do custo, as propriedades para investimento, principalmente edifícios de escritórios e espaços para eventos, são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo e não são ocupadas pela Entidade.

A média de vida útil considerada para os cálculos de depreciação é de 15,97 anos.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Descrição	31/12/2025			31/12/2024				
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido
Terrenos	-	60.746	-	60.746	-	60.746	60.746	
Edificações, obras civis e benfeitorias	6,80%	98.333	(32.413)	65.920	6,80%	76.633	(29.096)	47.537
Máquinas e equipamentos	10,00%	13.962	(7.876)	6.086	10,00%	11.966	(7.158)	4.808
Veículos	20,00%	753	(745)	8	20,00%	806	(759)	47
Móveis e utensílios	10,00%	13.104	(7.429)	5.675	10,00%	9.588	(7.062)	2.526
Móveis escolares	10,00%	10.263	(4.498)	5.765	10,00%	8.868	(3.788)	5.080
Equipamentos de informática	20,00%	19.678	(13.231)	6.447	20,00%	18.082	(11.132)	6.950
Obras em andamento	-	9.834	-	9.834	-	5.427	-	5.427
Direito de uso (arrendamentos)	8,00%	15.963	(5.373)	10.590	30,00%	15.499	(4.027)	11.472
		242.636	(71.565)	171.071		207.615	(63.022)	144.593

Avaliação de indicadores de impairment sobre os ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive os ativos intangíveis, são revistos para identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Em relação ao teste de *impairment*, este deverá ser aplicado apenas quando fatores conjunturais (fatos relevantes) indicarem a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos. O fato de a Entidade possuir uma equipe técnica de engenharia constitui um facilitador para esse tipo de trabalho, justamente pelo envolvimento desses profissionais na operação das unidades, que fazem o acompanhamento rotineiro de todos os imóveis lotados na operação ou não disponíveis para venda.

Nenhum bem imóvel da Entidade teve sinalização de que o valor econômico (de mercado) estivesse inferior ao valor contabilmente registrado ou que valorizações pudessem alterar percentuais de depreciações sobre a vida útil remanescente (valor residual). Não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na data das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado segue abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Em 1º de janeiro	144.593	128.992
Adição	35.574	24.097
Baixas	-	(397)
Depreciação	(9.096)	(8.227)
Transferências	-	128
Em 31 de dezembro	<u>171.071</u>	<u>144.593</u>

Direito de uso (Arrendamentos)

O prédio para as instalações do Colégio Marista Padre Eustáquio, em Belo Horizonte - MG, foi arrendado por um prazo de 10 anos, e o Colégio Marista Alfenas, localizado na cidade de Alfenas – MG.

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos de direito de uso		
Ativos de arrendamento	<u>10.590</u>	11.471
Passivos de arrendamentos		
Circulante	1.200	1.136
Não circulante	<u>11.720</u>	<u>12.162</u>
	<u>12.920</u>	<u>13.298</u>

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depreciação de ativos de direito de uso (Incluído em custos e despesas)		
Edificações	1.348	1.251
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	1.436	1.392
Total	<u>2.784</u>	<u>2.643</u>

Ativos de direito de uso

A movimentação dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 1º de janeiro	11.471
Adição	467
Amortização	(1.348)
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro	<u>10.590</u>

Passivos de arrendamento

As movimentações dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Saldo em 01 de janeiro	13.298
Juros provisionados	1.436
Adição por novos contratos ou mensurações	466
Pagamentos	(2.280)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro	<u>12.920</u>

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2025	31/12/2024
Licença de uso de software	41,00%	3.630	3.619
Carteiras de alunos (a)	7,5%	6.643	6.643
(-) Amortização acumulada software		(3.524)	(3.315)
(-) Amortização carteira de alunos		(2.296)	(1.758)
		<u>4.453</u>	<u>5.189</u>

(a) Carteira de alunos que a Entidade adquiriu nas operações com o Colégio Padre Eustáquio, mensurada a valor justo.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Em 1º de janeiro	5.189	6.601
Adição	11	1.738
Baixas	-	(1.720)
Amortização	(747)	(1.431)
Em 31 de dezembro	<u>4.453</u>	<u>5.189</u>

12. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Prestador de serviço	3.698	4.027
Fornecedores de produtos e Materiais	8.078	1.930
Concessionárias	127	184
	<u>11.903</u>	<u>6.141</u>

13. Salários e encargos sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e ordenados (a)	7.719	7.576
Outros passivos de folha (b)	154	34
IRRF sobre folha de pagamento	3.611	3.157
FGTS a recolher	1.752	1.316
INSS funcionários	1.163	969
Contribuição sindical a recolher	608	418
	<u>15.008</u>	<u>13.470</u>
Circulante	14.986	13.446
Não Circulante	22	24

(a) Salário a pagar referente a competência de dezembro 2025.

(b) Saldo de FGTS Filantropia, rescisões a pagar e outros adiantamentos.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões de férias e encargos

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias	13.911	13.950
Encargos sobre férias	1.110	1.122
	15.021	15.072

15. Arrendamentos a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Imóveis arrendados	22.731	23.599
Equipamentos de informática	-	98
(-) Juros a incorrer	(9.811)	(10.399)
	12.920	13.298
Circulante	1.200	1.136
Não Circulante	11.720	12.162

As obrigações com arrendamento financeiro apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
Menos de um ano	2.280	2.377
Mais de um ano e menos de cinco anos	9.120	9.120
Mais de cinco anos	11.331	11.690
	22.731	23.188
Encargos financeiros futuros sobre arrendamentos financeiros	(9.811)	(10.399)
	12.920	12.789

A propriedade é a própria garantia do arrendador uma vez que, na falta de pagamento, o bem arrendado reverte ao arrendador.

16. Tributos a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Tributos a recolher de terceiros (a)	193	167
ISS a recolher	44	56
Parcelamento INSS (b)	1.595	2.922
Parcelamento IRRF (c)	2.810	4.996
	4.642	8.141
Circulante	4.303	3.981
Não circulante	339	4.160

- (a) Encargos tributários sobre contratação de serviços prestados por terceiros.
- (b) Parcelamento em 120 meses de débitos referentes a INSS sobre folha de pagamento. Em 2017 ocorreu a consolidação dos parcelamentos desse tributo que estavam inscritos na Previdência Social e Procuradoria de Fazenda Nacional. Já foram pagas 107 parcelas de cada processo.
- (c) Parcelamento em 120 meses de débitos referentes a IRRF sobre folha de pagamento. Em 2017 ocorreu a consolidação dos parcelamentos desse tributo que estavam inscritos na Receita Federal e Procuradoria de Fazenda Nacional. Já foram pagas 107 parcelas.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Adiantamentos de mensalidades

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de mensalidades (a)	<u>29.506</u>	<u>27.469</u>
	<u>29.506</u>	<u>27.469</u>

(a) Referem-se às mensalidades escolares recebidas antecipadamente, que serão apropriadas no exercício seguinte, de acordo com o ano letivo escolar.

18. Partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesa		
União Norte Brasileira de Educação e Cultura	-	13.951
Marista Brasil	<u>2.257</u>	-
	<u>2.257</u>	13.951
Ativo		
União Norte Brasileira de Educação e Cultura	<u>(3.116)</u>	<u>(2.788)</u>
	<u>(3.116)</u>	<u>(2.788)</u>
Ativo (passivo), líquido	<u>(3.116)</u>	<u>(2.788)</u>

A União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE integra uma estrutura corporativa compartilhada responsável pela gestão e suporte administrativo das atividades do Marista Brasil. Até o exercício de 2024, o rateio das despesas corporativas era realizado exclusivamente entre a União Norte Brasileira de Educação e Cultura – UNBEC e a própria UBEE. Com a criação do Marista Brasil, a partir de 2025, o critério de rateio passou a contemplar todas as mantenedoras do grupo — Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC, Sociedade Meridional de Educação – SOME, União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE e a União Norte Brasileira de Educação e Cultura – UNBEC. Essa alteração visa proporcionar uma alocação mais adequada e equitativa dos custos da estrutura corporativa entre as entidades participantes. Ao final de cada exercício, os gastos corporativos são apurados e rateados conforme critérios definidos pela Administração, sendo posteriormente realizado o encontro de contas entre os valores devidos e os efetivamente desembolsados por cada mantenedora. O referido critério de rateio está formalizado em Termo de Acordo firmado entre as mantenedoras, referente à Rede Integrada de Educação Básica no Brasil, aprovado em Conselho Superior em 19 de maio de 2022 (CS 19/05/2022).

19. Receita diferida

	31/12/2025	31/12/2024
Contrato de parceria comercial (a)	<u>5.179</u>	<u>7.567</u>
Vendas antecipadas	<u>3</u>	<u>96</u>
	<u>5.182</u>	<u>7.663</u>
Circulante	<u>2.394</u>	<u>2.485</u>
Não circulante	<u>2.788</u>	<u>5.178</u>

(a) Em dezembro de 2022 a UBEE celebrou novo Termo de Parceria Comercial com o Banco Bradesco S.A., visando exclusividade na tomada de serviços bancários de folha de pagamento durante a vigência de cinco anos. Em contrapartida as obrigações assumidas, a Entidade recebeu a título de prêmio pela preferência dos serviços bancários de folha de pagamento, a importância de R\$11.949 registrado no passivo, cujo reconhecimento no resultado será feito conforme vigência do contrato no prazo de 60 meses. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a apropriar representa R\$5.179.

20. Subvenções

Os Recursos de subvenções referem-se a repasses de recursos governamentais e não governamentais, que são aplicados em projetos sociais, decorrentes substancialmente dos seguintes convênios:

- Programa Petrobras Jovem Aprendiz (PPJA);
- Secretaria de Estado da Educação de Goiás – Termo de Colaboração.

Os saldos são classificados no passivo circulante em contrapartida de caixa e equivalentes de caixa, e serão reconhecidos no resultado em bases sistemáticas (receita e despesa), conforme utilização do recurso.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Subvenções a realizar (a)	-	11
	-	11

(a) Termo de colaboração feito em 2022, entre a Secretaria de Estado da Educação de Goiás e o Centro de Educação Infantil Marista Divino Pai Eterno – CEMADIPE para aquisição equipamentos, utensílios e prestação de serviços para a escola. Os recursos recebidos terão sua prestação de contas junto à Secretaria.

21. Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Cooperativa Marista - COOMAR (a)	370	404
Outras contas a pagar	83	117
	453	521

(a) A COOMAR é uma cooperativa de crédito destinada aos colaboradores da UBEE, onde o saldo descrito no quadro acima se refere ao repasse dos valores descontados em folha dos colaboradores cooperados.

22. Provisões para demandas judiciais e contingências passivas

	31/12/2024	Constituição	Reversão	31/12/2025
Provisão para demandas judiciais				
Cível	1.034	367	(741)	660
Fiscais (a)	17.527	3.488	(366)	20.649
Trabalhistas (c)	964	7.030	(3.815)	4.179
	19.525	10.885	(4.922)	25.488
Depósitos judiciais	31/12/2024	Constituição	Reversão	31/12/2025
Depósitos	(235)	(929)	435	(729)
Depósitos judiciais pis sobre folha (b)	(11.631)	-	-	(11.631)
Bloqueio judicial	(1)	-	2	1
	(11.867)	(929)	437	(12.359)
Total das contingências	7.658	9.956	(4.485)	13.129

(a) O principal valor considerado para os riscos fiscais refere-se ao processo ajuizado pela Entidade, com relação a cobrança do PIS e da COFINS. Em 2003 a Entidade obteve sentença favorável para o não recolhimento das referidas contribuições. A Receita Federal interpôs recurso junto ao Tribunal Regional Federal - 1ª Região, que julgou procedente o recurso. A UBEE recorreu por meio de Recurso Extraordinário contra esta decisão, e obteve efeito suspensivo até o julgamento final.

Reforça-se tal posicionamento a existência de duas ações diretas de inconstitucionalidade, de nºs 2.028 e 2.036, propostas junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, que corroboram o posicionamento da Entidade quanto à sua imunidade em relação às contribuições sociais, as quais foram julgadas procedentes em 02/03/2017, e o Recurso Extraordinário nº 566622, no qual o julgamento do STF, em 23/02/2017, fixou a seguinte repercussão geral: "Os requisitos para o gozo de imunidade não de estar previstos em lei complementar", sendo este o processo paradigma usado pela UBEE no seu recurso extraordinário.

(b) Depósito judicial referente ao processo de cobrança do PIS e da COFINS sobre a folha de pagamento. Após recurso da Receita Federal junto ao Tribunal Regional Federal - 1ª Região, que julgou procedente o recurso. A UBEE recorreu por meio de Recurso Extraordinário contra esta decisão, e obteve efeito suspensivo até o julgamento final.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) A Entidade mantém provisões para contingências trabalhistas constituídas com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos, considerando a natureza das ações em andamento, o estágio processual e a estimativa de risco de perda, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Durante o exercício de 2025, foi realizada uma revisão detalhada dos processos trabalhistas em curso pela assessoria jurídica interna da Companhia. Em decorrência dessa avaliação, que considerou a evolução dos processos, decisões judiciais recentes e a reclassificação do risco de perda em determinadas demandas, houve necessidade de constituição de novas provisões. A Administração considera que o saldo das provisões remanescentes reflete adequadamente a melhor estimativa das perdas prováveis relacionadas às demandas trabalhistas em 31 de dezembro de 2025.

Risco de perda possível (Não provisionadas)

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (a)	156.138	170.382
Fiscais – tributárias (b)	49.023	49.180
Trabalhistas (c)	13	65.735
Saldo	205.174	285.297

- (a) Decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros. As principais demandas envolvem pleitos indenizatórios.
- (b) Referem-se, em quase sua totalidade, a processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por fazendas municipais e federal. As principais demandas envolvem questões relativas à imunidade tributária que a instituição faz jus.
- (c) São decorrentes, essencialmente, de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e ex-funcionários. As principais reclamações são de verbas trabalhistas, hora extra e pleitos indenizatórios.

23. Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social da UBEE é aplicado integralmente nos objetivos sociais da Entidade e formado pelos superávits acumulados, além dos bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação.

Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos referem-se ao custo atribuído aos bens do ativo imobilizado. Conforme Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento e dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, quando da adoção inicial do ativo imobilizado.

24. Receita operacional, líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Anuidades escolares sem gratuidades (a)	384.415	355.368
Anuidades escolares com gratuidades (b)	27.523	23.136
Outras receitas educacionais (c)	5.363	5.944
	417.301	384.449
Deduções da receita		
Descontos comerciais (d)	(13.919)	(12.937)
Descontos institucionais (d)	(501)	(781)
Bolsas de estudo convenção coletiva (e)	(23.449)	(22.213)
Gratuidades bolsas de estudos parciais lei 12.101/2009 (f)	(136)	(334)
Gratuidades bolsas de estudo integrais lei 12.101/2009 (f)	(37.840)	(34.019)
	(75.845)	(70.284)
Receita operacional, líquida	341.456	314.165

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) As receitas da Entidade oriundas de atividades fins, conforme estatuto social, são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, baseada na planilha de custo educacional (Lei nº 9.870/99) e formalizado pelos contratos de prestação de serviços educacionais.

(b) Registro do valor das mensalidades ofertadas pela Entidade por meio de gratuidades sociais. O montante registrado neste item não agrega saldo no resultado operacional líquido, pois o valor é totalmente deduzido nas contas de gratuidades com bolsas de estudos.

(c) Ampliação dos serviços extracurriculares ofertados nas unidades educacionais, tais como os centros de línguas ID Marista, e escolinhas de artes e esportes.

(d) Montante de descontos ofertado pelas unidades educacionais de acordo com as políticas de desconto vigentes e orçamento aprovado pela Administração.

(e) Bolsas de estudos concedidas a professores e demais classes vinculadas a sindicatos com o benefício previsto em convenção coletiva.

(f) Gratuidades concedidas na forma da lei nº 187/21.

25. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são constituídos dos gastos com pessoal, depreciação e amortização de bens das unidades escolares, além de outras despesas acessórias ligadas à atividade fim da Entidade. A composição é demonstrada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custo com pessoal (a)	(191.666)	(180.143)
Outros custos dos serviços	(11.844)	(7.749)
Depreciação e amortização	(9.141)	(8.327)
	<u>(212.651)</u>	<u>(196.219)</u>

(a) Gasto com pessoal diretamente ligado a operação da Entidade no desenvolvimento dos serviços educacionais.

26. Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesa com vendas	(5.279)	(5.622)
Despesa com pessoal (a)	(23.691)	(17.333)
Despesa com serviços de terceiros	(9.907)	(10.227)
Despesa com utilidades e comunicações	(18.270)	(17.622)
Despesa com tecnologia	(2.570)	(1.881)
Despesa com impostos e taxas	(1.117)	(979)
Despesa com conservação e manutenção	(8.966)	(9.434)
Provisão (reversão) perda estimadas em créditos de liquidação duvidosa	8.168	(2.842)
Despesas com royalties (b)	(31.104)	-
Outras despesas gerais	(9.419)	(11.032)
Depreciações e amortizações	(1.109)	(1.650)
Despesa com viagens e transportes	(2.648)	(3.378)
	<u>(105.912)</u>	<u>(82.000)</u>

(a) Despesa com salários e encargos dos colaboradores não ligados diretamente às unidades educacionais.

(b) Despesas de royalties junto à organização religiosa para uso da marca Marista.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquida

	2025	2024
Outras receitas - Educação		
Renda de bens patrimoniais (a)	5.305	5.452
Resultado na alienação de ativos	-	1.601
Receitas com patrocínios	785	2.657
Receitas com eventos	3.835	5.005
Receitas com royalties (b)	730	733
Outras receitas	8.433	699
Receitas projetos pedagógicos	-	187
Total outras receitas	19.088	16.334
Outras despesas - Educação		
Despesa comunidade religiosa	(290)	(2.281)
Provisões para demandas judiciais	(5.963)	(591)
Perdas de imobilizado (c)	(44)	(143)
Outras despesas	(5.883)	(5.847)
Perda com baixa de recebíveis	(7.739)	(530)
Outras (perdas) / ganhos líquidos	(504)	1.390
Total outras despesas	(20.423)	(8.002)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.335)	8.332

(a) Receita com o aluguel de bens patrimoniais e espaços das próprias unidades educacionais para atividades culturais e lanchonetes.

(b) Receita obtida com a marca Marista.

(c) Perdas com baixas de bens obsoletos sem impacto no fluxo de caixa da Entidade.

28. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeira	15.614	9.377
Juros e multas cobradas	2.118	2.122
Descontos obtidos	17	188
Total	17.749	11.687
Despesas financeiras		
Juros e multas	(44)	(88)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	-	(2)
Taxas bancárias	(338)	(328)
Descontos concedidos	(1.475)	(1.274)
Encargos sobre parcelamentos	(504)	(641)
Outros encargos	(1.758)	(1.590)
Total	(4.119)	(3.923)
Resultado financeiro, líquido	13.630	7.764

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Isenções usufruídas (imunidade tributária)

	2025	2024
Despesas Isenções Usufruídas		
Isenção cota patronal - INSS	(27.372)	(30.126)
Isenção terceiros - INSS	(1.349)	(6.768)
Isenção SAT - INSS	(6.240)	(1.474)
Total de despesas com isenções usufruídas	(34.961)	(38.368)
Receitas Isenções Usufruídas		
Isenção cota patronal - INSS	27.372	30.126
Isenção terceiros - INSS	1.349	6.768
Isenção SAT - INSS	6.240	1.474
Total de receitas com isenções usufruídas	34.961	38.368

30. Gratuidades através de bolsas de estudo

Conforme citado no item 1.1, a UBEE é imune à incidência de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C"; e às contribuições sociais, por força do artigo 195, § 7º; todos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

A UBEE é uma entidade beneficente de educação, possui CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social e cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, fazendo jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal.

(a) Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

A Entidade oferece bolsas de estudo para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, seguindo os critérios previstos na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. Na concessão de bolsas de estudo, a Entidade utiliza o seguinte critério de seleção:

A bolsa de estudo integral (100%) é concedida ao aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1,5 (um e meio) salários-mínimos.

A bolsa de estudo parcial (50%) é concedida ao aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários-mínimos.

Em atendimento ao artigo 20 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, a Entidade concedeu pelo menos 1 bolsa integral para cada 5 estudantes pagantes no ano de 2025.

Além da concessão de bolsas de estudo, os estudantes também são atendidos pelo Programa de Apoio ao Aluno Bolsista (PAAB). O programa contempla a disponibilização de livros didáticos, uniformes/fardamentos e alimentação no ambiente escolar, sendo estruturado em conformidade com a Lei Complementar nº 187 de 2021 e considerando a realidade de cada estudante.

O PAAB tem como finalidade assegurar não apenas o acesso à educação, mas também a permanência e o desenvolvimento dos estudantes bolsistas, evidenciando o compromisso da instituição com sua função social no âmbito do CEBAS – Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lei Complementar nº 187/2021 e Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

	2025	2025
Total de alunos matriculados	16.821	16.457
Alunos bolsa integral (100%) (2)	1.646	1.661
Alunos bolsa integral e em tempo integral (100%) (1)	741	711
Alunos bolsa parcial de 50%	11	30
Número de benefícios complementares convertidos em Bolsas Integrais (4)	103	91
Alunos inadimplentes (90 dias) (3)	196	255
Outras bolsas integrais	634	635
Alunos pagantes	13.604	13.195
Necessidade de bolsas cfe. Lei 187/21 (1/5)	2.760	2.639
Total de bolsas cfe. Lei 187/21	2.793	2.762
Necessidade de bolsas subtraídas pelo total de bolsas	33	123
Quantidade mínima de bolsas 1/5	Atendida	Atendida
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atendida	Atendida

(1) O valor representa o somatório das bolsas integrais, mais o número de alunos com bolsas integrais, que estudam em tempo integral, estes equivalem a 1,4, de acordo com a Lei nº 187/2021 (Art. 13, §4º, II). A saber $1.646 + (741 \times 1,4) = 2.683$;

(2) O Artigo 24 caputs, da lei complementar 187/21, exclui do cômputo de alunos pagantes os beneficiados com bolsas de estudo integrais nos termos do inciso I do § 1º do art. 20 e com outras bolsas integrais concedidas pela entidade. No caso da UBEE foram concedidas bolsas integrais por força de Convenção Coletiva de Trabalho ou Descontos Integrais, conforme política de descontos institucionais;

(3) Artigo 24, §2º da lei complementar 187/21. Não se consideram alunos pagantes os inadimplentes por período superior a 90 (noventa) dias cujas matrículas tenham sido recusadas no período letivo imediatamente subsequente ao inadimplemento;

- (4) Para a conversão dos Benefícios Complementares em Bolsas Sociais foi considerado (valores expressos em reais):
- Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares: R\$ 2.386;
 - Receita bruta anual de mensalidades: R\$ 384.415;
 - Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes: 16.625;
 - Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares: R\$ 23.122,71 ($384.415 + 16.625$);
 - Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares (valores expressos em reais): 103 ($R\$ 2.386 \div 23.122,71$).

(b) Certificado de Entidade beneficente de Assistência Social

A Entidade é portadora de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (atualmente denominado CEBAS), emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 26/02/1999 e aprovações posteriores. Após sucessivas renovações, em 2012 requereu a renovação do CEBAS conforme protocolo nº 23000.017986/2012-02, já protocolizado junto ao Ministério da Educação (MEC), Ministério competente pela nova certificação, nos termos da Lei nº 12.101/2009 (DOU 30/11/2009), para emissão de renovação do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. O referido processo teve o certificado CEBAS deferido, por meio da Portaria nº 828, de 28/11/2018. Em 17/09/2021, a Entidade requereu a renovação de CEBAS-Educação, por meio do processo protocolado tempestivamente sob nº 23000.024045/2021-16, o qual foi deferido pela Portaria nº 514, de 18/12/2023. Consta ainda, registrado no MEC, o requerimento de renovação registrado sob o nº 23000.026512/2024-87, de 27/06/2024, o qual encontra-se em análise. Desta forma, nos termos da legislação vigente, a instituição possui certificado ativo.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Demonstração de resultado conforme orientação portaria 15 do MEC (Informação suplementar)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita bruta de educação	24		
Mensalidade de alunos pagantes		384.415	355.368
Mensalidade concedidas em bolsa de estudos		27.523	23.136
Outras receitas serviços educacionais		5.363	5.945
		<u>417.301</u>	<u>384.449</u>
(-) Deduções da receita bruta de educação	24		
Descontos comerciais		(13.919)	(12.937)
Descontos institucionais		(501)	(781)
Bolsas de estudo convenção coletiva		(23.449)	(22.213)
Gratuidades bolsas de estudos parciais lei 12.101/2009		(136)	(334)
Gratuidades bolsas de estudos integrais lei 12.101/2009		(37.840)	(34.019)
		<u>(75.845)</u>	<u>(70.284)</u>
(=) Receita operacional, líquida		<u>341.456</u>	<u>314.165</u>
(-) Custo do serviço educacional	25		
Custo com pessoal		(191.666)	(180.143)
Outros custos dos serviços		(11.843)	(7.749)
Depreciação e amortização		(9.141)	(8.327)
		<u>(212.651)</u>	<u>(196.219)</u>
(=) Superávit bruto		<u>128.805</u>	<u>117.946</u>
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	26	(105.712)	(82.000)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	27	(1.335)	8.332
Despesa de subvenções (Com restrição)		(564)	(485)
Receitas de subvenções (Com restrição)		564	712
		<u>21.758</u>	<u>44.504</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro			
Receitas financeiras	28	17.749	11.687
Despesas financeiras	28	(4.119)	(3.923)
		<u>13.630</u>	<u>7.764</u>
(+/-) Resultado financeiro líquido			
(+/-) Isenções usufruídas			
Receitas isenções usufruídas	29	34.961	38.368
Despesas isenções usufruídas	29	(34.961)	(38.368)
		<u>35.388</u>	<u>52.268</u>
(=) Superávit do exercício		<u>35.388</u>	<u>52.268</u>

A demonstração de resultado apresentada baseou-se no modelo da portaria 15/2017 emitida pelo Ministério da Educação (MEC), cabe salientar que por se tratar de um modelo a Entidade necessitou adaptar certos itens a este, mas a essência, bem como os itens intrínsecos foram mantidos, não obstante todos os itens listados estão apresentados em notas explicativas contemplando maior riqueza de detalhes e em conformidade com as normas contábeis vigentes.

A UBEE é portadora de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (CEBAS) e tem como atividade preponderante Educação básica.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados

32.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias e pelos saldos de aplicações financeiras, classificados como valor justo por meio de resultado, e as contas a receber e empréstimos e financiamentos, classificados como custo amortizado. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

32.2 Gestão de risco

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Entidade, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Entidade identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco de taxa de juros

(a) Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da UBEE, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e três anos	Acima de três anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	11.903	-	-	-
Parcelamentos (a)	4.008	397	-	-
	15.911	397	-	-
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	6.141	-	-	-
Parcelamentos (a)	3.758	3.758	402	-
	9.899	3.758	402	-

(a) Resultante das atualizações de todos os parcelamentos (Federais, Estaduais e Municipais).

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade, representados principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

(c) Risco de taxas de juros

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Representa o risco da Entidade à exposição de taxa de juros, principalmente relacionados aos empréstimos financiamentos contraídos junto a instituições financeiras.

A Administração estima que pela característica dos encargos contratuais pactuados atrelados ao cenário projetado de oscilação das taxas de juros da economia, não há volatilidade considerada relevante. Para as aplicações financeiras, cujos rendimentos são atrelados à taxa de juros, a estimativa também é a de que não haja oscilação relevante de acordo com as projeções, haja vista que estão atrelados a operações de Renda Fixa com baixo grau de risco.

Diretor-Presidente
Jose de Assis Elias de Brito

Jose de Assis Elias Brito

Diretor-Tesoureiro
Wagner Rodrigues da Cruz

Jose Wagner R da Cruz

Responsável técnico
Diego Oliveira da Costa
Contador - CRC/RS 099510

Diego Oliveira da Costa

ID4032 - Demonstrações financeiras UBEE.pdf

Documento número #bf932b91-e38f-4b00-bb8c-6b7f2f6dfe98

Hash do documento original (SHA256): 95cc01a4214bd3754e626e315ba94ceb70fb32593d9e993de9c467dff800675

Assinaturas

✓ **José de Assis Elias de Brito**

CPF: 025.944.334-46

Assinou como presidente em 30 abr 2026 às 09:51:41



José de Assis Elias de Brito

✓ **Diego Oliveira da Costa**

CPF: 017.604.440-06

Assinou como contador(a) em 29 abr 2026 às 11:26:24



Diego Oliveira da Costa

✓ **José Wagner Rodrigues da Cruz**

CPF: 799.922.936-91

Assinou como tesoureiro(a) em 30 abr 2026 às 08:26:25



José Wagner Rodrigues da Cruz

Log

- 29 abr 2026, 10:52:19 Operador com email marilda.costa@maristabrasil.org na Conta 3b747d20-8294-4f8a-9cdd-8dbcfc2a3010 criou este documento número bf932b91-e38f-4b00-bb8c-6b7f2f6dfe98. Data limite para assinatura do documento: 28 de julho de 2026 (08:23). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 29 abr 2026, 11:05:42 Operador com email marilda.costa@maristabrasil.org na Conta 3b747d20-8294-4f8a-9cdd-8dbcfc2a3010 adicionou à Lista de Assinatura: presidente@marista.edu.br para assinar como presidente, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo José de Assis Elias de Brito.
- 29 abr 2026, 11:05:42 Operador com email marilda.costa@maristabrasil.org na Conta 3b747d20-8294-4f8a-9cdd-8dbcfc2a3010 adicionou à Lista de Assinatura: wagner.fms@pmbcn.org.br para assinar como tesoureiro(a), via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo José Wagner Rodrigues da Cruz e CPF 799.922.936-91.

-
- 29 abr 2026, 11:05:42 Operador com email marilda.costa@maristabrasil.org na Conta 3b747d20-8294-4f8a-9cdd-8dbcf2a3010 adicionou à Lista de Assinatura: diego.costa@maristabrasil.org para assinar como contador(a), via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Diego Oliveira da Costa.
- 29 abr 2026, 11:26:24 Diego Oliveira da Costa assinou como contador(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail diego.costa@maristabrasil.org. CPF informado: 017.604.440-06. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 913622(...), vide anexo manuscript_29 abr 2026, 11-25-01.png. IP: 189.115.240.210. Componente de assinatura versão 1.1430.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 30 abr 2026, 08:26:25 José Wagner Rodrigues da Cruz assinou como tesoureiro(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail wagner.fms@pmbcn.org.br. CPF informado: 799.922.936-91. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo c33d84(...), vide anexo manuscript_30 abr 2026, 08-19-05.png. IP: 189.42.211.201. Componente de assinatura versão 1.1432.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 30 abr 2026, 09:51:41 José de Assis Elias de Brito assinou como presidente. Pontos de autenticação: Token via E-mail presidente@marista.edu.br. CPF informado: 025.944.334-46. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 0c2bd2(...), vide anexo manuscript_30 abr 2026, 09-45-24.png. IP: 200.172.21.2. Componente de assinatura versão 1.1432.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 30 abr 2026, 09:51:43 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número bf932b91-e38f-4b00-bb8c-6b7f2f6dfe98.
-



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº bf932b91-e38f-4b00-bb8c-6b7f2f6dfe98, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Anexos

José de Assis Elias de Brito

Assinou o documento enquanto presidente em 30 abr 2026 às 09:51:41

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 0c2bd2(...)



José de Assis Elias de Brito
manuscript_30 abr 2026, 09-45-24.png

Diego Oliveira da Costa

Assinou o documento enquanto contador(a) em 29 abr 2026 às 11:26:24

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 913622(...)

A handwritten signature in black ink that reads "Diego Oliveira da Costa". The signature is enclosed in a dashed rectangular border. A faint watermark is visible in the background, containing the text "REPRODUÇÃO PROIBIDA" and the date "29/04/2026 11:26:24".

Diego Oliveira da Costa
manuscript_29 abr 2026, 11-25-01.png

José Wagner Rodrigues da Cruz

Assinou o documento enquanto tesoureiro(a) em 30 abr 2026 às 08:26:25

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo c33d84(...)

A handwritten signature in black ink that reads "José Wagner R da Cruz". The signature is enclosed in a dashed rectangular border. A faint watermark is visible in the background, containing the text "REPRODUÇÃO PROIBIDA" and the date "30/04/2026 08:26:25".

José Wagner Rodrigues da Cruz
manuscript_30 abr 2026, 08-19-05.png